

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.597 - SC (2019/0302880-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : CANGURU PLASTICOS LTDA
OUTRO NOME : CANGURU S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195
TULLO CAVALLAZZI FILHO E OUTRO(S) - SC009212
GABRIEL DE FARIAS GEHRES E OUTRO(S) - SC034759
EMBARGADO : POLICANP REPRESENTAÇÕES S/C LTDA
ADVOGADOS : RENATA RIBEIRO BATELLI LADEIRA E OUTRO(S) - SP262540
ANNE CAROLINE GASQUES SILVA - SP364388
LUIS AUGUSTO ROUX AZEVEDO - SP120528
INTERES. : JORGE ZANATTA INVESTIMENTOS LTDA
INTERES. : JORGE ZANATTA ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : CANGURU AGROPECUARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
OUTRO NOME : CANGURU AGROPECUÁRIA LTDA.
INTERES. : IMBRALIT INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS E FIBROCIMENTO LTDA
INTERES. : DPMC FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DESCARTÁVEIS PLÁSTICOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
ADVOGADOS : TULLO CAVALLAZZI FILHO - SC009212
GABRIEL DE FARIAS GEHRES E OUTRO(S) - SC034759

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CANGURU PLÁSTICOS LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão monocrática de lavra deste signatário (fls. 937-942, e-STJ), a qual negou provimento ao agravo em recurso especial interposto pelo ora embargante.

Em suas razões de fls. 944-947, e-STJ, a embargante alega omissão relativa à não fixação de honorários advocatícios recursais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015.

Impugnação às fls. 950-955, e-STJ.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, haverá fixação de honorários advocatícios recursais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando atendidos os seguintes requisitos: a) a publicação da decisão recorrida se der a partir de 18/3/2016, momento em que entrou em vigor o CPC/2015; b) o recurso não for conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado, e c) a condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. REALIZAÇÃO DE EXAME. RECUSA INDEVIDA. ATO ILÍCITO. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. VALOR ARBITRADO. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, rever as conclusões do tribunal de origem quanto à existência de dano moral demandaria o revolvimento fático dos autos, procedimento obstado em virtude do disposto na Súmula nº 7/STJ.

3. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por esta Corte quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4. Nos termos do § 11 do artigo 85 do CPC/2015, a majoração dos honorários advocatícios se dará quando ocorrerem simultaneamente as seguintes situações: a) a publicação da decisão recorrida se der a partir de 18/3/2016, momento em que entrou em vigor o CPC/2015; b) o recurso não for conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado, e c) a condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1500089/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 21/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 932, III, DO CPC/2015. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA MANTIDA.

1. Ao analisar as razões do Agravo em Recurso Especial, verifica-se que a parte agravante deixou de proceder à efetiva impugnação dos fundamentos da decisão de admissibilidade.

2. Essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida.

3. O art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 prevê, como atribuição do relator, "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

4. De acordo com a jurisprudência do STJ, com amparo no art. 85, § 11, do CPC/2015, são devidos honorários recursais "...quando presentes os seguintes requisitos cumulativos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação ao pagamento de honorários

advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso"
(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira,
Segunda Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017)".

5. No caso em apreço, os requisitos para a majoração dos honorários foram devidamente preenchidos, não merecendo reparos a decisão proferida pelo Ministro Presidente do STJ.

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1528865/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019)

No caso em tela, não se encontram presentes as supracitadas condições, na medida em que não houve desprovimento ou desconhecimento do recurso especial julgado.

Logo, não há se falar em omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada.

2. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator